

SÍNTESE DAS ALTERAÇÕES

MANUAL DE DEMONSTRATIVOS FISCAIS (MDF) – 14ª EDIÇÃO

Trata-se de resumo das alterações efetuadas relativas à publicação da 14ª edição do MDF, com vigência a partir do exercício de 2024, conforme aprovado pela Portaria STN/MF nº 699, de 7 de julho de 2023.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

A publicação da 14ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), em julho/2023, para vigência a partir do exercício de 2024, mostrou-se necessária sobretudo para a exclusão de regras transitórias que foram introduzidas por meio da versão 2 do MDF 13ª edição, publicada em 28 de abril de 2023, além de outros ajustes pontuais.

As regras transitórias decorreram tanto de alterações metodológicas introduzidas pela 13ª edição quanto de alterações na legislação, conforme sintetizado a seguir:

- i) Anexo 6 do RREO – Demonstrativo da Despesa Primária e Nominal: permitiu a utilização, de forma facultativa, da metodologia vigente na 12ª edição do MDF para avaliação dos resultados fiscais para os entes que já haviam elaborado a Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) antes da publicação das alterações metodológicas estabelecidas pela 13ª edição do MDF.
- ii) Anexo 8 do RREO – Demonstrativo da Despesa com MDE:
 - a) inclusão de orientações para a apuração da compensação dos valores eventualmente aplicados a menor, nos exercícios de 2020 e 2021, e ainda pendentes de compensação no exercício de 2023, de modo a aferir o cumprimento da regra contida no art. 119 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, incluído pela EC nº 119/2022;
 - b) alteração na estrutura do demonstrativo e nas instruções de preenchimento para considerar no limite de MDE, excepcionalmente em 2023, as despesas executadas com recursos do superávit do Fundeb, desde que atendidos os requisitos da Lei nº 14.113/2020, art. 25, §3º.
- iii) Anexo 3 do RREO – Demonstrativo da Receita Corrente Líquida (RCL) e Anexo 1 do RGF – Demonstrativo da Despesa com Pessoal: alteração nos quadros para possibilitar o adequado registro das transferências e das despesas abrangidas pela EC nº 120/2022 e pela EC nº 127/2022. Considerando que não era possível incluir nova linha ao demonstrativo gerado no SICONFI, optou-se por uma solução provisória, com maior detalhamento a partir de 2024.

Essas regras transitórias encontram-se descritas na Síntese de Alterações do MDF 13ª edição – versão 2. Como revestem-se de caráter provisório, sendo aplicáveis apenas ao exercício de 2023, faz-se necessária a exclusão de tais regras a partir do exercício de 2024, com os consequentes ajustes nos quadros e instruções de preenchimento do Manual.

Além da exclusão das regras transitórias, foram identificadas necessidades de ajustes nos seguintes demonstrativos:

- i. Demonstrativos 1, 2 e 3 do Anexo de Metas Fiscais (AMF);
- ii. Orientações de preenchimento do Anexo 1 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) - Balanço Orçamentário
- iii. Orientações de preenchimento do Anexo 8 do RREO – Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE).

As justificativas para as alterações são apresentadas de forma mais detalhada a seguir.

2. ANEXO DE METAS FISCAIS (AMF)

Reformulação dos modelos dos demonstrativos 1, 2 e 3 do AMF, relativos à elaboração das metas fiscais da LDO, para permitir o detalhamento das metas calculadas com e sem os recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS).

A alteração metodológica introduzida pela 13ª edição estabeleceu a segregação dos recursos do RPPS, permitindo a apuração, no Anexo 6 do RREO, dos resultados com e sem os recursos do RPPS. Entretanto faltou incluir a fixação da meta no AMF seguindo os dois parâmetros, com o propósito de atender à legislação e estabelecer a coerência entre os demonstrativos de fixação das metas fiscais e o demonstrativo utilizado para a avaliação do cumprimento das referidas metas (Anexo 6 do RREO).

Ressalta-se que não houve alteração no modelo de demonstrativo aplicável à União.

3. RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (RREO)

3.1. ANEXO 1 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Nas instruções de preenchimento referente ao item “OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO” foi retirada a seguinte orientação que constava na 13ª edição, p. 186: “Os valores informados nesse quadro devem ser os mesmos valores informados no quadro AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)”.

A exclusão desta orientação ocorreu após recebimento de questionamento da Federação que ensejou discussão junto às áreas responsáveis pela gestão da dívida pública federal e de análise das operações de crédito para Estados, DF e municípios. Observou-se que pode ocorrer um lapso temporal entre o ingresso dos recursos destinados ao refinanciamento da dívida (tanto mobiliária quanto contratual) e o registro da despesa orçamentária com a respectiva amortização.

3.2. ANEXO 3 – DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)

Com a finalidade de compatibilizar o cálculo da RCL ajustada para fins de cálculo do limite da despesa com pessoal ao art. 198, §11 da Constituição, com redação dada pela EC 120/2022, foi necessário realizar um ajuste provisório no demonstrativo para o exercício de 2023 que passou a apresentar a estrutura a seguir, a partir da publicação da versão 2 da 13ª edição do MDF:

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) <u>e ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias</u> (CF, art. 198, §11)(VI)
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (V - VI)

Esta foi uma solução temporária, devido às limitações para a alteração da estrutura do relatório ao longo do exercício. Para 2024, de modo a conferir maior transparência às deduções, foram inseridas novas linhas, conforme ajustes destacados no quadro abaixo:

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) e ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)(VI)
(-) Transferências da União relativas a remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)(VII)
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (V - VI) (IX) = (V - VI - VII - VIII)

3.3. ANEXO 6 – DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL

3.3.1. Exclusão da regra de transição para verificação do cumprimento dos limites do exercício de 2023

Exclusão de regra de transição para apuração e avaliação dos resultados fiscais do exercício de 2023 com base na metodologia vigente na 12ª edição do MDF.

Ressalte-se que o estabelecimento de uma regra de transição se mostrou necessário em decorrência da elaboração e publicação da Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) de 2023, por parte de alguns entes da Federação, com base na metodologia vigente na 12ª edição do MDF, dado que a 13ª edição foi publicada apenas em junho de 2022.

A regra facultativa incluída na versão 2 da 13ª edição permanece válida apenas para o exercício de 2023, não se aplicando ao exercício de 2024, o qual deve seguir plenamente as regras do MDF 14ª edição.

3.4. ANEXO 8 DO RREO – DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MDE

3.4.1. Emenda Constitucional nº 119/2022

No MDF 13ª edição – versão 2, houve a inclusão de orientações para a apuração da compensação dos valores eventualmente aplicados a menor, nos exercícios de 2020 e 2021, e ainda pendentes de compensação no exercício de 2023, de modo a aferir o cumprimento da regra contida no art. 119 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), incluído pela EC nº 119/2022.

Sendo assim, o MDF 13ª edição previu, excepcionalmente para o exercício de 2023, que à linha “Aplicação em MDE sobre a receita resultante de impostos”, do quadro “Apuração do Limite mínimo Constitucional” fosse acrescido o valor não aplicado em exercícios anteriores. Essa regra também foi replicada no mapeamento do demonstrativo.

Porém, considerando que a EC nº 119/2022 estabeleceu que a compensação dos valores não aplicados em 2020 e 2021 deveria ser realizada **até 2023**, a alteração será mantida apenas para o exercício de 2023, exercício no qual será verificado o cumprimento da compensação. Assim, essa regra passa a não ter aplicabilidade a partir do exercício de 2024, razão pela qual foi excluída das instruções de preenchimento que constam na 14ª edição do MDF.

3.4.2. Exclusão da regra transitória referente ao cômputo do superávit do FUNDEB no cálculo do percentual mínimo de MDE

O MDF 13ª edição – versão 2 incluiu regra de transição para possibilitar a inclusão, excepcionalmente no exercício de 2023, das despesas executadas com recursos do superávit do Fundeb no cálculo da aplicação mínima em MDE.

Segundo a regra vigente até a 12ª edição do MDF, ainda que houvesse previsão legal para que um percentual dos recursos do Fundeb fosse aplicado no exercício seguinte, somente quando o superávit de recursos do Fundeb fosse **de fato aplicado**, ou seja, no exercício seguinte, as despesas custadas com esse recurso passariam a ser computadas no limite.

Com a 13ª edição houve alteração nesta regra. Para o cálculo do percentual mínimo de 25%, passou-se a considerar **o montante destinado ao Fundeb**, em conjunto com a verificação do cumprimento do limite máximo para o superávit (10%) estabelecido no § 3º do art. 25 da Lei nº 14.113/2020. Assim, o valor do superávit, desde que observado o limite, passou a compor o cálculo do percentual de MDE. No exercício seguinte, caso o ente não aplique os recursos

no período definido (1º quadrimestre), o valor não aplicado será deduzido do cálculo do percentual de MDE, devendo, portanto, ser compensado.

Ocorre que o superávit do exercício de 2022 não foi considerado no exercício de referência, dada a vigência da regra anterior e, em 2023, com a alteração da metodologia, tão pouco seria considerado.

Assim, excepcionalmente para 2023 foi introduzida uma regra transitória que permite, além do cômputo do superávit do exercício, o cômputo das despesas custeadas com recursos do superávit de 2022, desde que atendidos os requisitos da Lei nº 14.113/2020, art. 25, § 3º.

A partir do exercício de 2024 passam a ser considerados somente os valores do superávit do exercício que observem os requisitos da Lei, deduzindo o superávit permitido que eventualmente não tenha sido aplicado no 1º quadrimestre, o qual deverá ser objeto de compensação.

3.4.3. Correção da metodologia de cálculo do percentual aplicado em Educação Infantil com Fonte de Recursos da Complementação VAAT do FUNDEB

O art. 28 da Lei nº 14.113/2020 determina que proporção de 50% (cinquenta por cento) dos recursos globais da complementação VAAT deve ser destinada à educação infantil. O parágrafo único desse mesmo artigo prevê que esses recursos sejam aplicados pelos municípios beneficiados segundo o Indicador de Educação Infantil (IEI), calculado quadrimestralmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, o INEP.

O Demonstrativo e as orientações para o preenchimento induziam à conclusão de que cada ente da Federação deveria aplicar o percentual de 50% dos recursos recebidos na modalidade complementação VAAT do Fundeb em educação infantil, o que não corresponde à exigência legal.

Deste modo, tanto a descrição da linha quanto o texto do MDF foi ajustado para aprimorar e corrigir as orientações quanto ao preenchimento do Demonstrativo.

4. RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL (RGF)

4.1. ANEXO 1 – DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

4.1.1. Ajustes decorrentes das deduções de Despesas com Pessoal estabelecidas pela EC 120/2022 e 127/2022

A Emenda Constitucional nº 120, de 5 de maio de 2022, acrescentou os §§ 7º a 11 ao art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre a responsabilidade financeira da União na política remuneratória dos agentes comunitários de saúde (ACS) e agente de combate às endemias (ACE). O §11 do art. 198 estabeleceu que os recursos financeiros repassados pela União aos

Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para pagamento do vencimento ou de qualquer outra vantagem dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias não serão objeto de inclusão no cálculo para fins do limite de despesa com pessoal.

Posteriormente, a Emenda Constitucional nº 127, de 22 de dezembro de 2022 acrescentou os §§ 14 e 15 ao art. 198 da CF, estabelecendo a obrigatoriedade de a União prestar assistência financeira complementar aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios e às entidades filantrópicas, bem como aos prestadores de serviços contratualizados que atendam, no mínimo, 60% (sessenta por cento) de seus pacientes pelo sistema único de saúde, para o cumprimento dos pisos salariais profissionais nacionais para o enfermeiro, o técnico de enfermagem, o auxiliar de enfermagem e a parteira.

De modo a evitar sucessivas modificações no Anexo 1 do RGF, em razão das alterações legislativas, definiu-se que seria oportuno abrir um item no demonstrativo para abranger ambas as situações e outras similares que venham a ser expressamente previstas pela Constituição, evitando recorrentes alterações de leiaute no modelo de relatório gerado no Siconfi.

Desse modo, as linhas referentes às despesas não computadas passam a apresentar a seguinte estrutura (grifamos):

DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recursos Vinculados (CF, art. 198, §11)
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira (ADCT, art. 38, §2º)
Outras Deduções Constitucionais ou Legais

Assim, a partir de 2024, será válida a nova estrutura que inclui uma nova linha no demonstrativo para dar transparência a esses valores. Para melhor evidência da composição dos valores registrados na linha “Deduções Constitucionais”, recomenda-se a utilização de notas explicativas, com a segregação dos montantes referentes a: (i) Despesas de vencimentos dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias com recursos transferidos pela União (CF, art. 198, §§ 7º a 11); (ii) Despesas com vencimento de enfermeiro, técnico de enfermagem, auxiliar de enfermagem e parteira, com recursos transferidos pela União (CF, art. 198, §§12 a 15); e (iii) Demais deduções que eventualmente venham a ser estabelecidas por novas Emendas Constitucionais ao longo do exercício.

Ressalta-se que nesses casos os pagamentos realizados às categorias de profissionais especificadas na legislação pertinente deverão compor a despesa bruta com pessoal, sendo deduzido tão somente para fins de limite.

O quadro APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL também foi ajustado de modo a refletir, no cálculo da RCL ajustada para cálculo dos limites da despesa com pessoal, as alterações realizadas no ANEXO 3 do RREO.

Os modelos de demonstrativos válidos a partir do exercício de 2024, assim como as orientações para o adequado preenchimento, foram incorporadas ao texto do MDF 14ª edição.